

**DIREITO CONSTITUCIONAL – PROF. FÁBIO RAMOS
AULÃO DE NATAL - EXERCÍCIOS**

QUESTÕES DE PROVAS DE CONCURSOS

CONSULPLAN - 2016 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Remoção

01. À União compete legislar, exclusivamente, sobre

- (A) trânsito.
- (B) matéria processual.
- (C) previdência social.
- (D) defesa da saúde.

CONSULPLAN - 2012 - TSE - Analista Judiciário - Área Administrativa

02. São entes federativos que podem ser divididos em municípios .

- (A) somente os Estados.
- (B) Estados e Distrito Federal.
- (C) Estados e Territórios.
- (D) Estados, Distrito Federal e Territórios.

2016 – CESPE - TRT - 8ª Região (PA e AP) - Analista Judiciário(adaptada)

A respeito da organização do Estado e da administração pública, Julgue.

03. A forma de federalismo adotada no Brasil é conhecida como federalismo de segregação e centrífugo, sendo os estados-membros dotados de autogoverno.

FCC - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Administrativa

Observe as assertivas abaixo.

I. Os Territórios Federais integram a União, e sua reintegração ao Estado de origem será regulada por lei complementar.

II. É vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência e aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

III. Compete privativamente à União legislar sobre assistência jurídica e defensoria pública.

IV. Para a criação, incorporação e fusão de municípios, exige-se prévia aprovação da população interessada, através de referendo, dentro do período determinado por lei estadual.

Estão corretas SOMENTE

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) II e IV.
- d) I, II e III.
- e) I, III e IV.

CONSULPLAN - 2014 - CBTU - Analista de Gestão - Contador

04. Considerando o disposto na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a respeito da organização político-administrativa do país, assinale a afirmativa INCORRETA.

(A) O Distrito Federal é a capital do Brasil.

(B) A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos.

(C) Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.

(D) A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por Lei Complementar Federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei.

FGV - 2015 - TCE-RJ - Auditor Substituto

05. Considerando a sistemática de incorporação, na ordem jurídica interna, dos tratados internacionais de proteção dos direitos humanos, bem como a posição que podem ocupar no escalonamento das normas, é correto afirmar, de acordo com o entendimento prevalecente no âmbito do Supremo Tribunal Federal, que:

(A) sempre terão natureza supralegal, mas infraconstitucional;

(B) podem ter natureza infralegal ou constitucional;

(C) sempre terão natureza legal e infraconstitucional;

(D) podem ter natureza supralegal ou constitucional;

(E) sempre terão natureza constitucional.

2013 – FGV - TCE-BA - Analista de Controle Externo (ADAPTADA)

A respeito das normas constitucionais e de seu controle, JULGUE..

06. A mutação constitucional consiste em uma alteração do significado de determinada norma da Constituição, sem observância do mecanismo constitucionalmente previsto para

DIREITO CONSTITUCIONAL – PROF. FÁBIO RAMOS
AULÃO DE NATAL - EXERCÍCIOS

as emendas e sem que tenha havido qualquer modificação de seu texto.

IBFC - 2014 - PC-RJ - Papiloscopista Policial de 3ª Classe

07. O Supremo Tribunal Federal editou a Súmula Vinculante nº 25, reconhecendo como ilícita a prisão do depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito. No julgamento, o STF considerou que o artigo 5º, inciso XLVII, da Constituição Federal perdeu aplicação prática, uma vez que a prisão nesse caso não decorre do texto constitucional, mas de norma infraconstitucional, que lhe dava aplicação prática. Considerando que esta norma contraria tratado internacional de direitos humanos, de natureza supralegal, não há como persistir com a referida modalidade de prisão civil no ordenamento jurídico. Desta forma, pode-se dizer que o STF entendeu que o artigo 5º, inciso XLVII, da Constituição Federal é uma norma de:

- a) Eficácia plena.
- b) Eficácia contida.
- c) Eficácia limitada de princípio programático.
- d) Eficácia limitada de princípio institutivo.
- e) Eficácia exaurida.

FCC - 2014 - TRF - 4ª REGIÃO - ANALISTA JUDICIÁRIO

08. As normas constitucionais que têm aplicabilidade direta, imediata e integral, mas cujo alcance pode ser reduzido em razão da existência na própria norma de uma cláusula expressa de redutibilidade, são ditas normas

- a) de princípio institutivo.
- b) de eficácia contida.
- c) de eficácia limitada.
- d) de eficácia plena.
- e) programáticas.

FGV - 2014- SEFAZ- Auditor Fiscal Tributário da Receita Municipal

09. Sobre os direitos e garantias fundamentais, assinale a afirmativa correta.

- (A) Os direitos e garantias fundamentais estão taxativamente previstos na Constituição de 1988.
- (B) Os direitos fundamentais de caráter prestacional não são exigíveis do Estado.
- (C) Os direitos e garantias fundamentais não se aplicam às relações privadas;
- (D) Os direitos e garantias fundamentais são inalienáveis e indisponíveis;

(E) Os direitos e garantias fundamentais podem sofrer limitações que atinjam seu núcleo essencial.

FGV - 2014 - Prefeitura de Osasco - SP- Estágio Forense

10. Em matéria de direitos e garantias fundamentais, a Constituição da República de 1988 prevê, no capítulo dos direitos e deveres individuais e coletivos, que:

- (A) é inviolável o sigilo das comunicações telefônicas, salvo por ordem da autoridade judicial ou administrativa, para instrução de processo criminal, civil ou administrativo;
- (B) todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, independentemente de autorização, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local, sendo apenas exigido prévio aviso à autoridade competente;
- (C) conceder-se-á habeas corpus sempre que alguém sofrer ou se achar ameaçado de sofrer violência ou coação em sua liberdade de expressão;
- (D) qualquer eleitor é parte legítima para propor ação civil pública que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural;
- (E) a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de ordem fundamentada de autoridade judicial ou administrativa.

CONSULPLAN - 2014 - CBTU - Técnico de Gestão - Administração

11. Dos direitos e garantias fundamentais constitucionalmente estabelecidos NÃO é correto afirmar que

- (A) são brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai brasileiro ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (B) são brasileiros naturalizados os que, na forma da lei, adquiram a nacionalidade brasileira, exigidas aos originários de países de língua portuguesa apenas residência por um ano ininterrupto e idoneidade moral.
- (C) são brasileiros naturalizados os estrangeiros de qualquer nacionalidade, residentes na República Federativa do Brasil há mais de 15 anos ininterruptos e sem condenação penal, desde que requeiram a nacionalidade brasileira.
- (D) são brasileiros naturalizados os nascidos no estrangeiro de pai brasileiro ou de mãe brasileira, desde que sejam registrados em repartição brasileira competente ou venham a residir na República Federativa do Brasil e optem, em qualquer tempo, depois de atingida a maioridade, pela nacionalidade brasileira.

CONSULPLAN - 2013 - TRE-MG - Analista

**DIREITO CONSTITUCIONAL – PROF. FÁBIO RAMOS
AULÃO DE NATAL - EXERCÍCIOS**

Judiciário - Área Administrativa

12. Paulo é Deputado Federal e, da tribuna da Câmara dos Deputados, lança afirmações caluniosas contra o empresário José que, imediatamente, apresenta as ações penais e civis cabíveis. Nesse caso, consoante as normas constitucionais,

- (A) haverá sanção penal.
- (B) ocorre a indenização civil.
- (C) aplica-se a imunidade material.
- (D) incide a responsabilidade criminal.
- (E) caracteriza-se a inviolabilidade formal.

2016 – CESPE - DPU / Técnico

A respeito do Poder Executivo, julgue o item que se segue.

13. No presidencialismo brasileiro, a chefia de Estado é exercida pelo presidente da República, enquanto a chefia de governo fica a cargo dos ministros de Estado.

2016 – ESAF – ANAC - Técnico Administrativo

14. Na atual Constituição Federal, em relação ao Poder Executivo, julgue os itens abaixo classificando-os como certos ou errados. A seguir escolha a opção correta.

I. Não serão computados, em hipótese alguma, os votos em branco e os nulos, para que seja considerado eleito Presidente o candidato que obtenha a maioria absoluta dos votos, desde que o referido candidato esteja registrado por partido político.

II. Caso ocorra vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República no primeiro ano do período presidencial, após nova eleição, os eleitos exercerão novo mandato presidencial em sua integralidade pelo período de quatro anos.

III. O sistema proporcional é o utilizado para a eleição do Presidente da República, e a eleição deste importará na do Vice-Presidente com ele registrado.

IV. Havendo necessidade de realização de segundo turno, caso ocorra a desistência de candidato, será convocado dentre os remanescentes o que primeiro efetuou o registro.

V. O Presidente do Senado Federal somente será chamado ao exercício da Presidência caso haja impedimento ou vacância dos cargos de Presidente e Vice-Presidente da República, após impossibilidade de exercer referido cargo o Presidente da Câmara dos Deputados.

Estão corretos apenas os itens.

- a) III e IV.
- b) I e V.

- c) I e IV.
- d) II e V.
- e) II e III.

CONSULPLAN - 2016 - TJ-MG - Titular de Serviços de Notas e de Registros - Remoção

15. São crimes de responsabilidade do Presidente da República os atos que atentem contra a Constituição Federal, e especialmente, contra

- (A) o exercício dos direitos individuais.
- (B) a ordem tributária.
- (C) a segurança externa.
- (D) o livre exercício da Controladoria Geral.

FCC - TRF-2ª - ANALISTA JUDICIÁRIO -

16. Ricardo, membro do Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro é denunciado pelo Ministério Público e passa a responder processo por crime de corrupção passiva. Seu advogado, Fulvio, pretende impetrar habeas corpus para obter o trancamento da ação penal. A competência originária para julgamento deste remédio constitucional impetrado em favor do paciente Ricardo será do:

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Tribunal Regional Federal da 2ª Região.
- c) Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro.
- d) Supremo Tribunal Federal.
- e) Juiz de Direito de uma das Varas Criminais da Comarca do Rio de Janeiro.

FCC - TRF-2ª - TÉCNICO JUDICIÁRIO - ÁREA ADMINISTRATIVA

17. Quanto ao Poder Judiciário, considere as assertivas abaixo.

I. É órgão do Poder Judiciário, dentre outros, o Conselho Nacional de Justiça.

II. O juiz substituto residirá na respectiva comarca, vedada autorização em sentido contrário.

III. Não será promovido o juiz que, injustificadamente, retiver autos em seu poder além do prazo legal.

IV. A distribuição de processos aos juizes se dará por quotas proporcionais à efetiva demanda judicial ou população eleitoral, em todos os graus de jurisdição.

V. Um terço dos lugares dos Tribunais Superiores será composto de membros do Ministério Público ou de Advogados com mais de cinco anos de efetiva atividade profissional.

**DIREITO CONSTITUCIONAL – PROF. FÁBIO RAMOS
AULÃO DE NATAL - EXERCÍCIOS**

Está correto o que consta APENAS em

- a) I e III.
- b) I, II e IV.
- c) II, III e IV.
- d) II e V.
- e) II, III e V.

FCC - TRF - 2ª REGIÃO - Analista Judiciário - Área Judiciária

18. O Conselho Nacional de Justiça, criado pela Emenda Constitucional, no 45, de 08/12/2004,

- a) é integrado por membros indicados pelo Presidente da República e nomeados pelo Congresso Nacional, depois de aprovada a escolha por um terço de seus integrantes.
- b) será presidido pelo Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- c) compõe-se de onze membros com mais de trinta e cinco e menos de sessenta anos de idade.
- d) tem como atribuição, dentre outras, o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.
- e) escolherá o seu Corregedor-Geral dentre os Ministros do Supremo Tribunal Federal.

FGV – PROCEMPA - ANALISTA ADMINISTRATIVO (ADVOGADO) - 2014

19. Marcos é aprovado em concurso para a magistratura do Estado Y e, após tomar posse no cargo de Juiz de Direito, é designado para atuar na Comarca Z, onde atua por mais de cinco anos.

Por força da sua atuação firme na condução de processos criminais, vem a sofrer ameaças físicas. Ele comunica tal fato ao tribunal, que resolve removê-lo ex officio da Comarca, por decisão monocrática do Corregedor do Tribunal de Justiça.

Nos termos da Constituição Federal, tal ato é

- a) violador da garantia da inamovibilidade.
- b) desprovido de juridicidade, por atingir a vitaliciedade.
- c) fundamentado, haja vista a impossibilidade de se garantir a segurança do magistrado.
- d) possível, a fim de estabelecer confiança nos jurisdicionados.
- e) justificado, a fim de proteger a incolumidade do magistrado.

FGV- SSP/AM – TÉCNICO DE NÍVEL SUPERIOR - 2015

20. Após os trâmites processuais regulares, o Tribunal de Justiça de determinado Estado entendeu que a ordem jurídica não o

autorizava a julgar um processo submetido à sua apreciação, o que deveria ser feito pelo Tribunal Regional Federal com jurisdição no mesmo território. Este último Tribunal, por sua vez, ao receber os autos, teve entendimento diametralmente oposto, entendendo que a causa deveria ser apreciada pelo Tribunal de Justiça. Considerando a sistemática constitucional, é correto afirmar que se trata de um conflito:

- a) de competência, a ser dirimido pelo Supremo Tribunal Federal;
- b) administrativo-jurisdicional, a ser resolvido pelo Conselho Nacional de Justiça;
- c) de competência, a ser dirimido pelo Superior Tribunal de Justiça;
- d) federativo, a ser resolvido pelo Supremo Tribunal Federal;
- e) federativo, prevalecendo o entendimento do órgão jurisdicional federal.

2016 – CONSULPLAN - Prefeitura de Cascavel – PR/Técnico

21. Muito em evidência nos momentos atuais de crise econômica e política, o Supremo Tribunal Federal (STF) é o órgão máximo do Poder Judiciário brasileiro, formado por 11 ministros nomeados pelo Presidente da República que possuem mandato vitalício (até 70 anos). A principal atribuição deste órgão é

- a) proteger os princípios constitucionais do país.
- b) julgar os crimes hediondos em terceira instância.
- c) investigar os casos de corrupção nas esferas públicas.
- d) condenar em âmbito penal os atos do funcionalismo público
- e) administrar todos os demais organismos do Sistema Judiciário brasileiro.

GABARITOS

- 01) A
- 02) A
- 03) C
- 04) A
- 05) d
- 06) c
- 07) B
- 08) B
- 09) D
- 10) B
- 11) D
- 12) C

DIREITO CONSTITUCIONAL – PROF. FÁBIO RAMOS
AULÃO DE NATAL - EXERCÍCIOS

- 13) E
- 14) B
- 15) A
- 16) A
- 17) A
- 18) D
- 19) A
- 20) C
- 21) a